

FUNDAÇÃO MARIA CLEMENTINA GODINHO CAMPOS

Balço individual em 31 de Dezembro de 2018

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5.3	4 217 421,44	4 275 591,23
Propriedades de Investimento	5.4	2 220 515,80	2 166 553,81
Goodwill			
Activos Intangíveis			
Activos Biológicos			
Participações Financeiras _ Método de Equivalência Patrimonial			
Participações Financeiras - outros métodos			
Accionistas / Sócios			
Outros activos financeiros	17.1	5 617,00	5 459,44
Activos por impostos diferidos			
		6 443 554,24	6 447 604,48
Activo corrente			
Inventários	9	26 500,00	27 155,00
Activos Biológicos			
Activo Corrente			
Clientes	17.3	355 573,23	244 572,10
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes publicos	17.10		10 310,75
Accionistas / sócios			
Outras contas a receber	17.4	14,69	78,79
Diferimentos	17.5	3 244,94	3 228,94
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	17.7	3 327 403,11	3 255 174,64
		3 712 735,97	3 540 520,22
Total do ACTIVO		10 166 290,21	9 988 124,70
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17.8	2 663 759,93	2 663 759,93
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados Transitados	17.8	7 224 902,17	6 856 896,49
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado liquido do período		150 150,93	354 814,01
Interesses minoritários			
Total do fundo de Capital		10 038 813,03	9 875 470,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos Obtidos			
Responsabilidades por beneficios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores			
Adiantamento de Clientes			
Estado e outros entes públicos	17.10	26 801,74	24 181,77
Accionistas / Sócios			
Financiamento Obtidos			
Outras Contas a Pagar	17.11	90 675,44	88 472,50
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outro Passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		117 477,18	112 654,27
Total do Passivo		117 477,18	112 654,27
Total do Capital Próprio e do Passivo		10 166 290,21	9 988 124,70

Francisco José

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Francisco José Kelly

FUNDAÇÃO MARIA CLEMENTINA GODINHO CAMPOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31-12-2018

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	10	1 209 152,73	1 376 449,33
Subsídios à exploração	17.13	337 394,86	315 139,19
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção	9	-655,00	10 875,00
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	-65 660,96	-63 670,82
Fornecimentos e serviços externos	17.14	-534 623,74	-490 973,41
Gastos com pessoal	15	-690 529,94	-671 690,16
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	17.15	81 103,76	58 338,07
Outros gastos e perdas	17.16	-95 986,28	-106 118,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		240 195,43	428 348,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.3	-108 899,08	-102 144,68
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		131 296,35	326 203,79
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	18 854,58	28 610,58
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		150 150,93	354 814,37
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		150 150,93	354 814,37
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores de Capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários		0,00	0,00
Resultado por acção básico			

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Maria Clementina Godinho de Campos (a Entidade)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018, (que evidencia um total de 10.156.290,21 euros e um total de fundos patrimoniais de 10.038.813,03 euros, incluindo um resultado líquido de 150.150,93 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver

conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS
& ASSOCIADOS, SROC LDA.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 13 de março de 2019

SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por João Manuel Trigo de Moraes, ROC N.º 881

ACTAS

Folha n.º 2

FUNDAÇÃO MARIA CLEMENTINA GODINHO DE CAMPOS, NIF 500847347

ACTA N.º 04/2019

Reunião ordinária do Conselho de Administração da Fundação Maria Clementina Godinho de Campos, com Sede em Galveias, Concelho de Ponte de Sor, Distrito de Portalegre. -----

Aos dez dias do mês de Maio, do ano dois mil e dezanove, sendo quinze horas, compareceram no Paço Arquiepiscopal, sito no Largo Doutor Alves Branco, número um, na cidade de Évora a convocação do Senhor Dom Francisco José de Faria Senra Coelho – Arcebispo de Évora, na sua qualidade de Presidente-Nato do Conselho de Administração da Fundação Maria Clementina Godinho de Campos, os Senhores: José Manuel Mendes Marques; Secretário, Adelina Silva Martina; Tesoureira, Luís Fernandes Vieira Lopes e Engenheiro Luís Delgadinho de Oliveira Rodrigues, Vogais. -----

Assessorou a reunião o Doutor Jorge Salgueira Mateus, na sua qualidade de Consultor Jurídico, que prestou esclarecimentos, sobre assuntos da sua especialidade. -----

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, que agradeceu a presença de todos os Membros do Conselho de Administração, tendo de imediato posto à consideração e consequente aprovação os pontos constantes da ordem de trabalhos. -----

Ponto Um: - Foi lida a Aprovada por unanimidade a Acta n.º. 03/2019, da reunião de vinte e oito de Março de dois mil e dezanove.-----

Ponto Dois: - **Peças Finais da apresentação das contas das Instituições Privadas de Solidariedade Social:** O Secretário, apresentou na Reunião do Conselho de Administração, as Peças Finais a submeter ao “Visto”, do Instituto de Solidariedade Social I.P. – Centro Distrital da Segurança Social de Portalegre, bem como todo o processo respeitante ao exercício findo de (2018), que apresenta o Resultado Líquido de €: 150.150,93, os Proveitos foram de €: 1.646.505,93, com “Custos” de €: 1.496.353,00, incluindo as depreciações e amortizações. -----

Situação Líquida da Fundação em 31 de Dezembro de dois mil e dezoito, de acordo com o Balanço, apresenta Activos no montante de “dez milhões cento

ACTAS

FUNDAÇÃO MARIA CLEMENTINA GODINHO DE CAMPOS, NIF 500847347

cinquenta e seis mil duzentos e noventa euros e vinte e um centimos". Encerramos o Balanço sem qualquer débito ou dívida de curto, médio ou longo prazo, a fornecedores ou entidades. O Passivo, que apresentamos em 31 de Dezembro de (2018), no montante de €: 117.477,18, tem apenas como credor o "Estado", respeitante a impostos cobrados e não liquidados, no ano a que os mesmos se reportam, bem como férias e respetivo subsídio a liquidar aos Trabalhadores da Instituição, vencidos em 31 de Dezembro (2018). A Tesoureira apresentou, o Balancete da Tesouraria, referente a trinta e um de Dezembro de dois mil e dezoito, com saldo de "três milhões trezentos vinte e sete mil quatrocentos e três euros e onze centimos", está em conformidade com os extratos bancários na posse da Fundação. -----

O Conselho de Administração, na posse de todos os elementos contabilísticos, analisou ao pormenor os números apresentados, tendo o Senhor Presidente congratulado pelos resultados obtidos. Assim, o Conselho de Administração, deliberou por unanimidade, que o Resultado Líquido apurado no exercício findo no montante de "cento e cinquenta mil cento e cinquenta euros e noventa e três centimos", seja levado a conta de Resultados Transitados. -----

O Conselho de Administração apreciou as contas da Fundação Maria Clementina Godinho de Campos, e, por unanimidade Aprovou o Processo Conta de Gerência, respeitante ao ano dois mil e dezoito, tendo o mesmo sido submetido à apreciação e julgamento do Conselho Fiscal da Fundação, de harmonia com o previsto na alínea c) do Artigo 37º dos Estatutos da Fundação, que emitiu "Parecer" sobre o mesmo, conforme documento anexo à conta de gerência que foi auditada pela S.R.O.C. Santos Vaz Trigo de Moraes & Associados, com Sede em S. Mamede de Infesta, conforme certificado legal de contas, igualmente anexo à conta de gerência. -----

De harmonia com o previsto na Lei, o Conselho de Administração, determinou que as contas sejam publicitadas no Site da Fundação, até 30 de Maio próximo. - E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente deu por finda a

ACTAS

Folha n.º 4

FUNDAÇÃO MARIA CLEMENTINA GODINHO DE CAMPOS, NIF 500847347

reunião, eram dezassete horas, lavrando-se para constar a presente Acta, que depois de lida em voz alta, vai ser aprovada e assinada por todos os Membros presentes, e, eu, José Manuel Mendes Marques, a redigi, subscrevi e assino. -----

+ Francisco José Lima Coelho
~~Francisco José Lima Coelho~~
Adelino Gil Martins
João Luís
Luís António Rodrigues

FUNDAÇÃO
MARIA CLENTINA GODINHO DE CAMPOS
INSTITUIÇÃO PERIVADA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
GALVEIAS

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

ACTA Nº. 01/2019

Aos sete dias do mês de Maio do ano dois mil e dezanove, sendo onze horas, compareceram na Sede da Fundação Maria Clementina Godinho de Campos, em Galveias, Concelho de Ponte de Sôr, Distrito de Portalegre, para Reunião Ordinária do Conselho Fiscal desta Fundação, no cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 37º dos Estatutos da mesma, os senhores Dr. Paula Maria de Sousa Nunes Saraiva, José Carlos Raminhos Marques, e, Padre Domingos Miguel da Fonseca Coelho, respetivamente Presidente e Vogais do referido Conselho, tendo como ponto único da ordem de trabalhos, a análise do “Relatório e Contas” e “Demonstração de Resultados” do exercício de dois mil e dezoito, apresentados pelo Conselho de Administração. -----

Após análise detalhada aos documentos apresentados pelo Conselho de Administração, sobre a Demonstração de Resultados e Relatório e Contas referentes ao exercício de dois mil e dezoito, auditados pela SROC Santos Vaz Trigo de Moraes & Associados, Lda, o Conselho Fiscal dá Parecer Favorável à aprovação dos mesmos, uma vez que estão corretos e devidamente fundamentados, encontram-se processados corretamente, cumprindo os preceitos legais, expressando de uma forma correta e apropriada a situação financeira da Fundação em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezoito. -----

O Conselho Fiscal congratula-se com o Resultado Líquido Positivo relativo ao exercício de 2018, na senda do ano anterior. Embora apresente um Resultado Líquido Positivo menor, relativamente ao apresentado no exercício de 2017, isso fica-se a dever ao investimento efetuado na Exploração Agroflorestal e no Património Urbano, o que é de salientar e enaltecer, sem esquecer que a parte da Ação Social, como era de prever apresenta um Resultado Líquido Negativo, em consequência da diminuição dos Utentes.

O Conselho Fiscal enaltece o Conselho de Administração pelo esforço, dedicação, e continuação do bom desempenho na gestão da Fundação Maria Clementina Godinho de Campos.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a Reunião pela Senhora Presidente, eram doze horas e trinta minutos, lavrando-se para constar a presente Acta, que depois

FUNDAÇÃO
MARIA CLENTINA GODINHO DE CAMPOS
INSTITUIÇÃO PERIVADA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
GALVEIAS

de lida em voz alta, vai ser assinada pelos Membros presentes, e, eu José Carlos Raminhos Marques, a redigi, subscrevi e assino. -----

Paulo Zraiv
José Carlos Raminhos Marques
P. Miguel